

Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

LEI Nº 3.903

De 20 de novembro de 2012.

"Estima a receita e fixa a despesa do Município de Orlândia, para o exercício do ano de 2013".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLÂNDIA, Estado de São Paulo, EXCELENTÍSSIMO SENHOR RODOLFO TARDELLI MEIRELLES, no uso das suas atribuições legais,

Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA aprovou e ele sanciona, promulga e determina a publicação da seguinte Lei:

Art. 1°. O Orçamento Fiscal do Município de Orlândia, para o exercício financeiro do ano de 2013, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa a Despesa em valores iguais de R\$ 122.718.000,00 (cento e vinte e dois milhões, setecentos e dezoito mil reais).

Art. 2°. A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1 RECEITA

- 1.1 RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
- 1.1.1 RECEITAS CORRENTES

Receita Tributaria	R\$	15.402.000,00
Receitas de Contribuições	R\$	410.00,00
Receita Patrimonial	R\$	192.000,00
Receita de Serviços	R\$	5.864.000,00
Transferências Correntes		
Outras Receitas Correntes	R\$	5.699.000,00
Sub-total	R\$	103 313 000 00

1.1.2 - RECEITAS DE CAPITAL

Operações de CréditoR\$	100.000,00
Alienação de BensR\$	20.000,00
Transferências de Capital <u>R\$</u>	6.810.000,00
Sub-totalR\$	6.930.000,00
TotalR\$	110.243.000,00



= Estado de São Paulo ==

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

2 RECEITA

2.1 RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

2.1.1 - RECEITAS CORRENTES

Receita de ContribuiçõesR\$	3.235.000,00
Receita PatrimonialR\$	4.220.000,00
Outras Receitas CorrentesR\$	20.000,00

2.2.1 - RECEITAS CORRENTES-INTRA-ORÇAMENTÁRIA

Receita de Contribuições	R\$	5.000.000,00
Sub-total	-	
Total Geral		

Art. 3°. A Despesa será realizada segundo a discriminação dos Quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta Lei, que apresentam o seguinte desdobramento:

2 DESPESA

2.1 - POR CATEGORIAS ECONOMICAS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

2.1.1 – Despesas CorrentesF	25	92.878.000,00
2.1.2 - Despesas de CapitalF		
2.1.3 - Reserva de Contingência		
		110 243 000 00

CÂMARA MUNICIPAL

2.2.1 – Despesas CorrentesR\$	1.150.000,00
2.2.2 – Despesas de CapitalR\$	250.000,00
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	1 400 000 00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

<u>n o n a n a</u>	
2.3.1 – Despesas CorrentesR\$	3.240.000,00
2.3.2 – Despesas de CapitalR\$	100.000,00
2.3.3 – Reserva de Contingência <u>R\$</u>	9.135.000,00
Sub-totalR\$	
Total GeralR\$	122.718.000,00

2.2 – POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO



Estado de São Paulo

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

PODER LEGISLATIVO 01 – Câmara Municipal	R\$	1.400.000,00
•	Σψ	1.100.000,00
PODER EXECUTIVO	D 4	0.050.000.00
01 – Gabinete do Prefeito		
02 – Guarda Civil Municipal		
03 – Controladoria Geral do Município		
04 – Procuradoria Geral do Município		
05 – Secretaria Municipal de Administração		•
06 – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento		
07 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	R	410.000,00
08 – Secretaria Municipal de Educação		
09 – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer		
10 - Secretaria Municipal da Fazenda		
11 - Secretaria Municipal de Infra-estrutura Urbana		4
12 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente		
13 – Secretaria Municipal de Saúde		
14 – Secretaria Municipal de Cultura	R\$	930.000,00
15 – Fundo Municipal Habitacional de Interesse Social	R\$	23.000,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SERVIDORES MUNICIPAIS		
90 – Instituto Previdência Servidores Municipais	R\$	12.475.000,00
Total Geral	R\$	122.718.000.00
2.3 – POR FUNÇÕES DE GOVERNO		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	DФ	1 400 000 00
01 – Legislativa		1.400.000,00
04 – Administração		15.072.000,00
06 – Segurança Pública		2.030.000,00
08 – Assistência Social		6.134.000,00
09 – Previdência Social		4.829.000,00
10 - Saúde		22.203.000,00
12 – Educação		36.377.000,00
13 - Cultura		930.000,00
15 – Urbanismo	R\$	8.852.000,00
17 – Saneamento	R\$	6.457.000,00
18 – Gestão Ambiental	R\$	236.000,00
21 – Organização Agrária	R\$	90.000,00
23 – Comércio e Serviços	R\$	230.000,00
26 – Transporte	R\$	647.000,00
27 – Desporto e Lazer	R\$	2.771.000,00
28 - Encargos Especiais		1.935.000,00
99 – Reserva de Contingência		50.000,00
Sub-Total	R\$	
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		•



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA Estado de São Paulo

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

09 – F	Previdência Social	R\$	3.340.000,00
99 – 1	Reserva de Contingência	R\$	9.135,000,00
	Sub-total		12.475.000,00
	Total Geral	R\$	122.718.000,00
2.4 – POR SUBFUNÇÕES			:
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	<u>4</u>		
031 -	Ação Legislativa	R\$	1.400.000,00
062 -	- Defesa Inter.Pub.Proc.Judic	R\$	1.144.000,00
122 -	- Administração Geral	R\$	12.168.000,00
123	- Administração Financeira	R\$	1.385.000,00
	- Controle Externo		296.000,00
182 –	Defesa Civil	R\$	2.109.000,00
241 –	Assistência ao Idoso	R\$	158.000,00
243 -	- Assistência a Criança Adolescente	R\$	770.000,00
	- Assistência Comunitária		5.206.000,00
	Previdência Básica		3.055.000,00
	– Previdência Regime Estatutário		1.774.000,00
	Atenção Básica		21.267.000,00
	- Vigilância Sanitária		936.000,00
	Alimentação e Nutrição		1.067.000,00
	- Ensino Fundamental		22.202.000,00
	Ensino Médio.		2.682.000,00
	- Educação Infantil		10.426.000,00
	- Difusão Cultural		930.000,00
	Serviços Urbanos		8.852.000,00
	- Saneamento Básico Urbano		6.457.000,00
	- Preservação e Conservação Ambiental		236.000,00
	- Extensão Rural		90.000,,00
	Turismo		230.000,00
	- Transporte Rodoviário		647.000,00
	- Desporto Comunitário		1.313.000,00
	- Lazer		1.458.000,00
	- Serviço da Dívida Interna		1.935.000,00
	- Reserva de Contingência		50.000,00
777	Sub-total		
	5u0-t0ta1		110.243.000,00
ADMINISTRAÇÃO FUNDA	CIONAL		
	- Administração Geral	R\$	910.000,00
	- Previdência Reg.Estatutário		2.430.000,00
	- Reserva de Contingência		9.135.000,00
	Sub-total		12.475.000,00
	Total Geral	R\$	122.718.000,00



= Estado de São Paulo ==

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

2.5 – SEGUNDO A NATUREZA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais
3.2.00.00.00 – Juros e Encargos da DividaR\$ 450.000,00
3.3.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00.00 – Investimentos
4.6.00.00.00 – Amortização da DividaR\$ 1.485.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA
9.9.99.99.00 – Reserva de Contingência
Sub-TotalR\$ 108.843.000,00
LEGISLATIVO DEGREE AS CORPERIENCE
DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais
3.3.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00.00 – Investimentos
Sub-TotalR\$ 1.400.000,00
ADMINISTRAÇÃO DIDIDETA
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DESPESAS CORRENTES
DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais
3.3.00.00.00 – Outras Despesas CorrentesR\$ 555.000,00 DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00.00 – Investimentos
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS
9.9.99.99.00 – Reserva de Contingência RPPS
Sub-Total
Total Geral
10tal Gelal
Art. 4°. O Orçamento da Seguridade Social do Município de
Orlândia, para o exercício do ano de 2013, abrangendo todas as atividades da Administração Direta, seus
Órgãos e Fundos, fixa a despesa em R\$ 33.166.00,00 (trinta e três milhões, cento e sessenta e seis mil reais),
conforme discriminação abaixo:
Contonne discriminação abaixo.
1 – Saúde
2 – Previdência
3 – Assistência Social
TOTAL
Art. 5°. Ficam previamente autorizados, quanto à execução do

orçamento, para fins do § 8º do artigo 165 e inciso VI do artigo 167, da Constituição do Brasil:



Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

a) a abertura de créditos adicionais suplementares, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, até o limite de 10% (dez por cento) do total da despesa fixada pelo artigo 1º;

b) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, abrangendo as dotações, que compõem o programa a ser alterado;

c) realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada, nos termos legais da legislação em vigor;

d) abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previsto na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei.

§ 1°. A abertura de créditos suplementares que fica autorizado na forma do § 8° do artigo 165 da Constituição Federal deverá observar o artigo 43, seus incisos e parágrafos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2°. A aplicação dos recursos programados sob a denominação de Reserva de Contingência obedecerá ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 3°. Ficam excluídos do limite estabelecido por este artigo os

créditos destinados a:

I - suprir insuficiências nas dotações de despesas à conta de

recursos vinculados;

 II – suprir insuficiências nas dotações orçamentárias relativas a despesa à conta de receitas próprias de fundos especiais e de entidades autônomas.

§ 4°. Os atos relativos às alterações orçamentárias autorizados por este artigo terão de ser precedidos das respectivas justificativas que assim determinaram.

§ 5°. Dependerá de lei especifica a alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentária, dispondo sobre a exclusão ou inclusão de novos programas.

Art. 6°. O Executivo, quando necessário e mediante decreto, providenciará a discriminação analítica dos fundos municipais incluídos nesta Lei.

Art. 7°. Esta Lei entrará em vigor em 1° de Janeiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Orlândia, 20 de novembro de 2012.

RODOLFO TARDELLI MEIRELLES

Prefeito Municipal

6